

Inquérito Civil n. 06.2017.00005496-3

Partes: Samira Ramos

Objeto: apurar a possível supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente e a implantação de atividade de piscicultura de forma irregular na Rua Ilse Pequena, s/n, Sítio Lua dos Ventos, Warnow, Indaial/SC

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado pelo 1º Promotor de Justiça da Comarca de Indaial, **Guilherme Schmitt (COMPROMITENTE)**; e

SAMIRA RAMOS (COMPROMISSÁRIA), brasileira, união estável, produtora rural, portadora do RG n. 4.459.720, inscrita no CPF sob o n. 043.052.619-95, residente na Rua Ilse Pequena, n. 2000, Bairro Warnow (Sítio Lua dos Ventos), Indaial (SC),

autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual 197/2000, e

Considerando que o Ministério Público, nos termos do art. 129, III, da Constituição da República, possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, assim como os interesses difusos e coletivos, dentre os quais o do meio ambiente, sendo o Ministério Público instituição encarregada de promover o Inquérito Civil, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou, se necessário, a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente equilibrado e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando que nos termos do artigo 225, *caput*, da Constituição da República, "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" e que "Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público [...] definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem

especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção" (artigo 225, § 1º, III, da CF);

Considerando que as áreas consideradas de preservação permanente são espaços especialmente protegidos e são definidos, segundo o artigo 3º, II, da Lei n. 12.651/2012, como a "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas";

Considerando que, na forma do artigo 8º da Lei n. 12.651/2012, a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas no artigo 3º da Lei n. 12.652/1, o que, em tese, não é o caso;

Considerando que, ainda, que o artigo 225, §3º, da Constituição da República, dispõe que as condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

Considerando que, na forma do artigo 14, §1º, da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade, sendo que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;

Considerando que a Compromissária já elaborou projeto de recuperação de área degradada (PRAD – fls. 114/141), o qual inclusive já foi protocolado na FATMA (atual IMA – fl. 113);

Considerando a informação prestada pelo companheiro da Compromissária (Ivan Marciano de Borba), no sentido de que já estariam providenciando a regularização da atividade de piscicultura junto ao IMA (fl. 83), tendo já obtido Certificado de Registro de Aquicultor junto a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, datado de 30.5.2018 (fl. 85), bem como cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais junto ao IBAMA (fls. 88/91).

RESOLVEM

Formalizar **Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas** tendo como partes os signatários deste Termo mediante o cumprimento das seguintes cláusulas e obrigações:

DAS OBRIGAÇÕES (recuperação do dano e proibição de exercer atividade potencialmente poluidora sem licença)

A Compromissária já elaborou projeto de recuperação de área degradada (PRAD – fls. 114/141), o qual inclusive já foi protocolado no FATMA (atual IMA – fl. 113);

CLÁUSULA 1ª - A COMPROMISSÁRIA se compromete a atender todas as solicitações e modificações eventualmente exigidas pelo IMA, para o fim de obter a aprovação do PRAD já protocolado (fls. 113/141), na forma e nos prazos estipulados pelo órgão ambiental.

CLÁUSULA 2ª - A COMPROMISSÁRIA compromete-se, no prazo e na forma estabelecida em Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), aprovado pelo órgão ambiental competente, a efetuar a recuperação dos danos ocasionados ao meio ambiente, com a restauração da área de preservação permanente localizada na Rua Ilse Pequena, n. 2000, Bairro Warnow (Sítio Lua dos Ventos), em Indaial (SC), objeto do Auto de Infração Ambiental n. 8177, lavrado pela FATMA (atual IMA – fls. 3/12).

CLÁUSULA 3ª - A COMPROMISSÁRIA se compromete a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da aprovação pelo órgão ambiental, cópia do PRAD e da respectiva aprovação, inclusive com o cronograma de implantação, que passará a fazer parte integrante deste ajuste.

PARÁGRAFO ÚNICO - A COMPROMISSÁRIA ficará dispensada de apresentar nova cópia do PRAD se não houver nenhuma exigência do IMA que enseje a modificação daquele já protocolado no órgão ambiental (fl. 113) e apresentado às fls. 114/141 nesta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA 4ª - A COMPROMISSÁRIA se compromete a apresentar nesta Promotoria de Justiça, dois relatórios realizados por profissional habilitado, acompanhados de levantamento fotográfico, comprovando a implementação de todas as

medidas de restauração previstas no projeto aprovado pelo órgão ambiental, nos prazos de 180 e 360 dias, a contar da aprovação.

CLÁUSULA 5ª - A COMPROMISSÁRIA se compromete em não exercer a atividade de piscicultura ou qualquer outra potencialmente poluidora enquanto não obter a licença ambiental ou autorização de operação necessária junto ao órgão competente.

DA MEDIDA COMPENSATÓRIA

CLÁUSULA 6ª - Como compensação ao dano ambiental causado, A COMPROMISSÁRIA pagará a quantia de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), sendo 50% (cinquenta por cento) destinado ao Fundo Municipal do Meio Ambiente de Indaial, e os outros 50% (cinquenta por cento) para o Fundo Estadual para Reconstituição dos Bens Lesados, sendo cada um em parcela única, com vencimento para o dia 30/8/2018, de acordo com os boletos bancários que deverão enviados para o e-mail sitioluadosventos@gmail.com;

DAS COMINAÇÕES POR EVENTUAL INADIMPLENTO

CLÁUSULA 7ª - Ficam estabelecidas as seguintes multas, para eventual descumprimento das cláusulas deste compromisso: a) pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) para descumprimento da cláusula quinta; b) pagamento de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) para descumprimento das demais cláusulas;

§ 1º - A incidência das multas perdurará enquanto persistir o descumprimento e o seu valor será atualizado monetariamente pelo INPC, desde o dia da prática infracional até o efetivo desembolso.

§ 2º - O pagamento da multa será realizado em favor do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (CNPJ 76.276.849/001-54, Banco do Brasil, Agência 3582-3, Conta 63.000-4).

§ 3º - O valor da multa não exime A COMPROMISSÁRIA de dar andamento à execução da obrigação inadimplida.

§ 4º - O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pela signatária, poderá ensejar, além da

incidência e cobrança da multa respectiva, a adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 8ª - O Ministério Público compromete-se a não adotar, na seara cível, qualquer medida judicial contra a compromissária relacionada ao convencionado no presente Termo de Ajustamento de Conduta, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 9ª - A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA 10 -: A signatária poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se as circunstâncias exigirem, por meio de requerimento dirigido ao Ministério Público, pedir a convocação de todos para discussão de possível retificação ou complementação deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, a fim de determinar outras providências que se fizerem necessárias, mediante aditamento, desde que mais condizentes com os interesses e direitos difusos protegidos pelo ajuste.

CLÁUSULA 11 - Constatada qualquer irregularidade nas informações prestadas ou na execução das disposições constantes no licenciamento, será exigido o imediato cumprimento da legislação ambiental, não sendo permitido ao inadimplente continuar usufruindo os prazos aqui estipulados.

CLÁUSULA 12 - O presente acordo constitui garantia mínima, reservando o direito a qualquer prejudicado de postular o que entender de direito, bem como não inibe ou restringe de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente **Termo de Compromisso** de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, no forma do § 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85 e do artigo 585, VIII, do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

DA CIENTIFICAÇÃO DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL

Ficam, desde já, os presentes certificados de que o Inquérito Civil n. 06.2017.00005496-3, em decorrência do TAC celebrado, será arquivado e encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para devida apreciação, dispensando nova notificação, bem como de que será instaurado na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Indaial procedimento administrativo para o devido acompanhamento do cumprimento das cláusulas aqui firmadas.

Indaial, 20 de junho de 2018.

GUILHERME SCHMITT
Promotor de Justiça

SAMIRA RAMOS
Compromissária